

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.600 - PE (2019/0298917-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : SILVIANY RAMOS VIEIRA
ADVOGADO : SILVIANY RAMOS VIEIRA - PE027034
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : VANESSA RAMOS DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de VANESSA RAMOS DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Apelação n. 0034663-80.2007.8.17.0001).

Colhe-se dos autos que a paciente foi condenada, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 500 dias-multa, por ter sido apreendida portando 300g (trezentos gramas) de *crack* (e-STJ fls. 17/20).

Irresignada, apelou a defesa, sendo o recurso parcialmente provido para redimensionar a pena da paciente para 4 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão e 500 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação, em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 22):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. MATERIALIDADE E AUTORIA CONFIGURADOS. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA-BASE. REPRIMENDA REDUZIDA. REDUÇÃO EM FACE DA CONFISSÃO. MENORIDADE PENAL. §4º DO ART 33 DA LEI DE DROGAS. DELAÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA A UNANIMIDADE.

No presente *habeas corpus*, aduz a defesa que a paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em virtude da manutenção do regime fechado, bem como pela possibilidade de concessão de prisão domiciliar.

Sustenta o cabimento do regime semiaberto na espécie, e que a paciente possui um filho de 9 anos de idade, razão pela qual faz jus ao deferimento da prisão

Superior Tribunal de Justiça

domiciliar.

Requer a concessão de liminar para possibilitar a prisão domiciliar da paciente ou para que ela aguarde em liberdade o julgamento do *habeas corpus*. No mérito, pugna pela declaração de nulidade da sentença por ausência de fundamentação em relação ao regime fixado ou para que seja convertida a prisão em regime fechado por prisão domiciliar.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto, o que não é o caso dos autos.

Isso porque, quanto ao pedido de substituição da prisão em regime fechado por prisão domiciliar, tem-se que tal questão nem sequer foi apreciada pelo Tribunal de origem, de maneira que fica obstado o exame da matéria diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e devido processo legal.

Além disso, não obstante a pena da paciente tenha sido fixada em 4 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão, verifica-se que foram consideradas desfavoráveis as circunstâncias na primeira fase da dosimetria, de maneira que, em princípio, o regime fixado deve mesmo ser o fechado, *ex vi* do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Em juízo de cognição sumária, pois, não visualizo manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

